



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

PROJETO BÁSICO

**PROJETO BÁSICO DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE 13 SALAS, PADRÃO
FNDE NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA
PARA A CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE 13 SALAS, PADRÃO FNDE E
ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO CONFORME PROJETO BÁSICO
FORNECIDO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ**

BELÉM/2026



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

LISTA DE SIGLAS E DEFINIÇÕES

ART: Anotação de Responsabilidade Técnica emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

BIM: (Building Information Modeling) Modelagem da informação da construção.

RRT: Registro de Responsabilidade Técnica emitido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

CAU: Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Projeto Básico (PB): conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.(art.6, XXV Lei 14.133)

Projeto Executivo (PE): conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes.(art 6º, XXVI , Lei 14.133/2021)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

1.1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.3. O objeto da presente contratação é a elaboração dos projetos executivos completos e a execução da obra de construção de 01 (uma) unidade escolar de ensino fundamental em tempo integral, padrão FNDE, com 13 (treze) salas de aula, a ser implantada em terreno localizado no município de Santarém/PA, conforme as condições estabelecidas no Termo de Compromisso nº 965472/2024/FNDE/CAIXA, no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

1.4. A contratação será realizada pelo regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, XXVIII, da Lei nº 14.133/2021, e observará o critério de julgamento por técnica e preço, conforme art. 33, inciso IV, da mesma Lei, dada a complexidade do objeto e a necessidade de qualificação técnica especializada.

1.5. O escopo compreende:

1.6. Elaboração dos Projetos Executivos, a partir do Projeto Básico padrão FNDE fornecido pela Administração, incluindo:

1.7. Projeto arquitetônico completo;

1.8. Projetos complementares;

1.9. Compatibilização entre disciplinas;

1.10. Memorial descritivo e especificações técnicas;

1.11. Cronograma físico-financeiro detalhado;

1.12. Planilha de custos conforme composição de preços unitários;

1.13. Desenvolvimento dos projetos em plataforma BIM, **com nível de detalhamento mínimo equivalente ao LOD 400.**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação

Secretaria Adjunta de Infraestrutura

Diretoria de Planejamento de Obras

1.14. Execução integral da obra, com fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários à fiel execução da escola, atendendo aos padrões de qualidade, segurança, acessibilidade e sustentabilidade estabelecidos pelas normas da ABNT, legislações aplicáveis e diretrizes técnicas do FNDE.

1.15. A contratada será responsável por obter todas as aprovações técnicas necessárias junto aos órgãos competentes, bem como garantir o cumprimento das normas de segurança do trabalho, ambientais, sanitárias, urbanísticas e educacionais vigentes.

1.16. Caberá integralmente à contratada a elaboração, o protocolo junto ao órgão ambiental competente, acompanhamento e resposta às condicionantes de todos os processos necessários à obtenção das licenças ambientais e autorizações correlatas para a implantação da obra, incluindo, quando aplicável, Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação, bem como autorizações para supressão vegetal, intervenções em áreas especialmente protegidas e uso de recursos hídricos, sem prejuízo da titularidade da Administração quanto ao empreendimento e às decisões administrativas indelegáveis perante os órgãos competentes.

1.17. Integram o escopo contratual, sem direito a pleitos adicionais de natureza financeira, a realização de levantamentos de condições ambientais, inventário arbóreo georreferenciado, plano de supressão vegetal e compensação ambiental, estudos de impacto exigidos pelo órgão licenciador, elaboração e execução das medidas mitigadoras e compensatórias, bem como o atendimento integral às condicionantes das licenças concedidas, com a possibilidade de geração de novos estudo técnicos, quando necessários.

1.18. A contratada deverá ainda desenvolver os projetos executivos de drenagem, controle de erosão e sedimentos, manejo de solos e implantação de canteiro de obras em conformidade ambiental, compatibilizados com os projetos



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

de arquitetura e engenharia, bem como com o modelo BIM em nível mínimo LOD 400, no qual deverão constar as restrições ambientais, áreas não edificáveis e soluções adotadas.

1.19. Todos os custos relacionados ao licenciamento ambiental, inclusive taxas, estudos técnicos, serviços especializados, compensações ambientais e reposições florestais, serão considerados incluídos no preço contratado.

1.20. A SEDUC/PA, por meio da equipe de fiscalização designada, acompanhará e validará todas as etapas de execução, incluindo medições, testes e entrega de etapas, observando a aderência ao projeto executivo aprovado.

1.21. DOS PRAZOS

1.21.1. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência da contratação será de 19 (dezenove) meses, a partir da data da assinatura do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.21.2. PRAZO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

A execução do objeto contratual será dividida em duas fases distintas:

I – Fase 1 – Elaboração e aprovação dos Projetos Executivos, com prazo máximo de 03 (três) meses, contado da emissão da Ordem de Serviço específica para projetos, compreendendo:

- a) levantamento de campo e sondagens complementares, quando necessárias;
- b) desenvolvimento dos projetos executivos em metodologia BIM, conforme exigências deste Termo de Referência;
- c) compatibilização entre disciplinas;
- d) entrega formal dos produtos técnicos;
- e) análise e aprovação pela Secretaria Adjunta de Infraestrutura da SEDUC/PA.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

II – Fase 2 – Execução da Obra, com prazo máximo de 12 (doze) meses, contado exclusivamente a partir da emissão da Ordem de Serviço específica para execução, a qual somente será expedida após a conclusão integral, aceite formal e aprovação técnica dos Projetos Executivos pela Administração.

O prazo global do contrato corresponderá à soma das duas fases, observado o disposto quanto à vigência contratual.

1.21.3. DAS ORDENS DE SERVIÇO

Serão emitidas duas Ordens de Serviço distintas, a saber:

- I – Ordem de Serviço para Elaboração dos Projetos Executivos;
- II – Ordem de Serviço para Execução da Obra

É expressamente vedado o início da execução física da obra sem a emissão formal da Ordem de Serviço específica para a Fase 2, bem como sem a prévia aprovação integral dos Projetos Executivos pela Administração. Qualquer mobilização, início de serviços construtivos ou fornecimento de materiais realizados sem autorização formal e sem Ordem de Serviço específica não gerarão direito a pagamento, medição ou indenização por parte da Administração.

A emissão da Ordem de Serviço para Execução da Obra ficará condicionada à:

- a) aprovação formal dos projetos executivos;
- b) apresentação e aprovação do cronograma físico-financeiro definitivo;
- c) apresentação das ART/RRT correspondentes;
- d) comprovação da regularidade da garantia contratual;
- e) atendimento às exigências ambientais e urbanísticas aplicáveis.

A Administração poderá, motivadamente, determinar ajustes ou complementações nos projetos antes da emissão da Ordem de Serviço da Fase 2, sem que isso caracterize atraso imputável ao ente contratante.

1.22. CUSTO ESTIMADO

O custo da obra, estimado com base nas tabelas oficiais SINAPI e SEDOP, sem desoneração, é de R\$ 14.261.934,80 (quatorze milhões, duzentos e sessenta e



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

um mil, novecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos). Os quantitativos estão apresentados no ANEXO I.

O custo estimado da contratação foi elaborado com base no Projeto Básico padrão FNDE e nos estudos preliminares realizados para o terreno, utilizando composições oficiais de custos, notadamente as tabelas SINAPI e SEDOP, e contemplando, nos preços unitários e no BDI, os custos associados aos riscos ordinários da execução, tais como logística local, sazonalidade climática, mobilização de canteiro, exigências de planejamento, compatibilização em BIM, controle de qualidade e medidas provisórias de drenagem e proteção das frentes de serviço.

Os riscos classificados como extraordinários na Matriz de Riscos da contratação, especialmente aqueles decorrentes de fatos imprevisíveis, força maior, caso fortuito, atrasos não imputáveis à contratada ou alterações supervenientes determinadas pela Administração, não foram objeto de provisão específica no orçamento-base, sendo tratados mediante os mecanismos legais de revisão contratual e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A Matriz de Riscos constante do Anexo X integra o planejamento da contratação e deverá ser considerada pelos licitantes na elaboração de suas propostas.

1.23. CONSIDERAÇÕES SOBRE RISCOS E FORMAÇÃO DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA

O orçamento de referência da contratação foi elaborado com base no Projeto Básico padrão FNDE e nos estudos preliminares realizados para o terreno, utilizando composições oficiais de custos, notadamente as tabelas SINAPI e SEDOP, e contemplando, nos preços unitários e no BDI, os custos associados aos riscos ordinários da execução, tais como logística local, sazonalidade



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

climática, mobilização de canteiro, exigências de planejamento, compatibilização em BIM, controle de qualidade e medidas provisórias de drenagem e proteção das frentes de serviço.

Os riscos classificados como extraordinários na Matriz de Riscos da contratação, especialmente aqueles decorrentes de fatos imprevisíveis, força maior, caso fortuito, atrasos não imputáveis à contratada ou alterações supervenientes determinadas pela Administração, não foram objeto de provisão específica no orçamento-base, sendo tratados mediante os mecanismos legais de revisão contratual e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A Matriz de Riscos constante do Anexo X integra o planejamento da contratação e deverá ser considerada pelos licitantes na elaboração de suas propostas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação decorre da contemplação da SEDUC/PA com recursos federais do Novo PAC, formalizados pelo Termo de Compromisso nº 965472/2024/FNDE/CAIXA, destinado à implementação de infraestrutura educacional padrão FNDE no município de Santarém/PA.

2.2. A ampliação da oferta de ensino em tempo integral é respaldada pelas políticas públicas educacionais previstas na Constituição Federal e na Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), que orientam a expansão da jornada escolar e a melhoria da infraestrutura da educação básica. Estes instrumentos estabelecem que o Estado deve assegurar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades educacionais, incluindo a construção e modernização de unidades escolares.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

2.3. O Art. 205 da Constituição Federal dispõe que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida visando o pleno desenvolvimento do educando, à cidadania e à qualificação para o trabalho. Em complemento, o Art. 4º da Lei nº 9.394/1996 (LDB), determina que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta da educação básica e das condições necessárias ao funcionamento das instituições de ensino, incluindo infraestrutura adequada, acessível e segura. No âmbito estadual, embora o Plano Estadual de Educação do Pará (Lei Estadual nº 8.186/2015) esteja em fase de renovação de seu ciclo decenal, permanece como referência ao estabelecer metas relacionadas à ampliação do acesso, à melhoria da infraestrutura escolar e à oferta de educação em tempo integral.

2.4. Diante desse cenário, torna-se necessária a contratação de uma empresa especializada em engenharia para executar a obra. O objetivo é garantir a entrega da edificação em conformidade com os projetos fornecidos e em condições adequadas para pleno funcionamento.

2.5. A conclusão da obra permitirá a ampliação de vagas da rede, com a oferta de 455 vagas, promovendo o desenvolvimento integral dos educandos e oferecendo suporte às famílias do município. A entrega da escola possibilitará um ambiente planejado e estruturado para atender às necessidades da comunidade, fortalecendo o compromisso do Estado com a inclusão e a igualdade de oportunidades.

3. MODALIDADE DA LICITAÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A seleção da empresa prestadora dos serviços ocorrerá por meio de processo licitatório na **modalidade Concorrência, sob a forma eletrônica**, com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de obra e serviços de engenharia de natureza especial, que demandam qualificação técnica específica, especialmente no que se refere à



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

elaboração de projeto executivo em plataforma BIM e execução de estrutura metálica de alta complexidade.

3.2. Será adotado o **critério de julgamento por técnica e preço**, nos termos do art. 33, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração não pode se basear exclusivamente na avaliação do menor preço, em razão das particularidades técnicas do empreendimento e exigências ambientais decorrentes do licenciamento.

3.3. Ademais, o objeto compreende a elaboração dos projetos executivos em ambiente BIM, com nível de **desenvolvimento mínimo LOD 400**, incluindo compatibilização multidisciplinar, planejamento construtivo e modelagem para extração de quantitativos, bem como o desenvolvimento de disciplinas técnicas ainda inexistentes no âmbito da Administração, tais como terraplenagem, pavimentação, cujas soluções impactam diretamente o custo global, o desempenho ambiental e o cronograma da obra.

3.4. Nesse contexto, a simples seleção pelo menor preço não se revela suficiente para assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa, sendo imprescindível a avaliação comparativa da qualificação técnica das licitantes, da experiência prévia em empreendimentos de complexidade equivalente, da equipe multidisciplinar indicada, da metodologia executiva proposta, das estratégias de gestão ambiental e geotécnica, bem como da capacidade de implementação dos requisitos BIM exigidos, com vistas à mitigação de riscos relevantes identificados no Estudo Técnico Preliminar e à adequada alocação de responsabilidades prevista na matriz de riscos que integrará o instrumento convocatório e o contrato.

3.5. A planilha orçamentária padrão será disponibilizada pela SEDUC/PA em formato “.xls”, servindo como referência para a apresentação das propostas. Os licitantes poderão propor seus próprios **preços unitários** e respectivas **taxas de Benefício e Despesas Indiretas (BDI)**, desde que respeitados os limites



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

máximos definidos nas planilhas referenciais, tanto em relação aos preços unitários quanto ao valor global estimado. Os parâmetros para o BDI deverão estar em conformidade com os limites estabelecidos pelo **TCU no Acórdão nº 2.369/2011 – Plenário**, e demais orientações vigentes aplicáveis.

3.6. A presente contratação não adota os regimes de contratação integrada ou semi-integrada previstos na Lei nº 14.133/2021, tendo sido deliberadamente estruturada sob o regime de empreitada por preço unitário, com critério de julgamento por técnica e preço.

3.7. Tal escolha decorre do fato de que a Administração dispõe de Projeto Básico padrão FNDE, suficientemente detalhado para:

- Definir a tipologia arquitetônica da edificação;
- Caracterizar os sistemas construtivos principais;
- Subsidiar a estimativa de custos por meio de planilhas orçamentárias referenciais com base em tabelas oficiais SINAPI e SEDOP;
- Delimitar o escopo do objeto licitado.

3.8. A elaboração do Projeto Executivo a cargo da contratada tem por finalidade exclusiva consolidar a implantação no terreno específico, promover compatibilização técnica, atender às exigências de acessibilidade, drenagem, terraplenagem, licenciamento ambiental e às condições geotécnicas locais, não implicando transferência à contratada da responsabilidade pela concepção global do empreendimento, típica das contratações semi-integradas.

3.9. Registra-se que, para viabilização do certame dentro dos prazos estabelecidos no âmbito do Novo PAC e perante a Caixa Econômica Federal, foram realizados levantamentos preliminares consistentes em topografia de referência e sondagens geotécnicas amostrais, os quais, embora suficientes para fins de estimativa orçamentária, não substituem as investigações completas



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

exigidas para nível executivo, razão pela qual sua complementação integra o escopo contratual.

3.10. Optou-se pela empreitada por preço unitário em razão:

- Da necessidade de maior controle da Administração sobre os quantitativos e custos unitários dos serviços executados;
- Da possibilidade de ajustes pontuais decorrentes de condições locais identificadas no Projeto Executivo, sem perda de transparência orçamentária;
- Da adoção de tabelas oficiais de referência (SINAPI/SEDOP);
- Da compatibilidade com a sistemática de repasse de recursos federais do FNDE;
- Da mitigação de riscos de aditivos decorrentes de indefinições técnicas
- Da exigência de desenvolvimento dos projetos na plataforma BIM, com nível de detalhamento compatível com execução.

3.11. A contratação semi-integrada, por sua vez, mostrava-se menos adequada ao caso concreto, uma vez que o projeto arquitetônico padrão FNDE é imposto pelo órgão financiador, não admitindo alterações conceituais substanciais, e porque parcela relevante das soluções técnicas permanece sob controle da Administração, especialmente quanto à tipologia da edificação e diretrizes funcionais.

3.12. Dessa forma, a estruturação do certame sob o regime de empreitada por preço unitário preserva o protagonismo técnico da Administração, mantém a conformidade com as exigências do FNDE, assegura maior previsibilidade financeira e atende aos princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. LOCAL DOS SERVIÇOS

4.1. Os locais para realização dos serviços elencados neste documento serão:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

4.1.1. Quando da elaboração do projeto executivo, no endereço das dependências da Contratada, em escritório próprio.

4.1.2. Quando da necessidade de atividades em campo e execução da obra, na Travessa Turiano Meira, esquina com o ramal do Mutunuy, s/n, Bairro Vigia

5. VISTORIA PRÉVIA

5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado aos participantes da licitação a possibilidade de apresentarem declaração afirmando que conhecem as condições específicas do local de execução da obra.

5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.4. A vistoria deverá ser programada pelo licitante, junto à Secretaria Adjunta de Infraestrutura – SAI, localizada na sede da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, sito à Rodovia Augusto Montenegro, S/Nº – Icoaraci – Belém-Pará, CEP: 66.820-000 e/ou pelo e-mail: sai@seduc.pa.gov.br, com título de e-mail: **“PROGRAMAÇÃO DE VISITA TÉCNICA”**, de Segunda a Sexta-Feira, em dias de efetivo expediente no órgão, no horário de 08h às 17h, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, que antecedem a abertura da licitação.

5.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação conforme modelo anexo do edital.

5.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1. EXECUÇÃO DE OBRA:

6.1.1. A obra deverá ser executada em estrita conformidade com as condições gerais estabelecidas neste Termo de Referência e com o projeto executivo integral, o qual será elaborado pela contratada e submetido à análise e aprovação técnica prévia da Secretaria Adjunta de Infraestrutura da SEDUC/PA, por meio da Diretoria de Planejamento de Obras – DPLO.

6.1.2. Somente após a **aprovação formal e integral do projeto executivo** será autorizada a emissão da **Ordem de Serviço** para início da execução física da obra. A execução deverá seguir rigorosamente:

- As especificações técnicas, normas e padrões definidos no projeto aprovado;
- As diretrizes do FNDE para obras escolares padrão Novo PAC;
- As normas técnicas da ABNT aplicáveis à construção civil, instalações prediais, segurança, acessibilidade, desempenho e sustentabilidade;
- As exigências legais e regulatórias municipais, estaduais e federais;
- As boas práticas de engenharia, segurança do trabalho e gestão de resíduos.

6.1.3. A contratada deverá garantir a qualidade técnica dos serviços executados, a utilização de materiais apropriados, a observância do cronograma físico-financeiro aprovado e a integração entre as disciplinas de projeto. O descumprimento das especificações, prazos ou diretrizes poderá ensejar a aplicação das sanções previstas contratualmente, além das medidas administrativas cabíveis.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

6.2. A SEDUC/PA, por meio da equipe de fiscalização designada, acompanhará e validará todas as etapas de execução, incluindo medições, testes e entrega de etapas, observando a aderência ao projeto executivo aprovado.

6.3. Segurança do trabalho: É de responsabilidade da contratada seguir todas as Normas Reguladoras referentes a segurança do trabalho.

6.4. É de responsabilidade da CONTRATADA manter no local da obra medicamentos básicos de primeiros socorros.

6.4.1.1. É também de responsabilidade da CONTRATADA manter a higiene das instalações no local dos serviços.

6.4.1.2. A CONTRATADA deverá manter no local dos serviços equipamentos para proteção e combate a incêndio, na forma da legislação em vigor.

6.4.1.3. A CONTRATADA deverá dispor de todos os meios necessários para que a segurança de seus funcionários seja mantida, bem como de quaisquer transeuntes na área onde serão executados os trabalhos.

6.4.1.4. A CONTRATADA deverá obedecer ao prescrito nas Normas do Ministério do Trabalho pertinente aos serviços a serem executados.

6.4.1.5. Equipamentos de Proteção Individual – EPI: Será obrigatório para todos os envolvidos com os trabalhos a serem executados, conforme a exposição ao risco e de acordo com o prescrito nas Normas do Ministério do Trabalho.

6.4.1.6. O EPI básico para todos os operários será botina de couro, capacete e uniforme de trabalho. Será terminantemente proibida a permanência de qualquer operário descalço, usando chinelo de dedo, sem uniforme ou sem capacete no local da prestação dos serviços.

6.4.1.7. Todos os operários deverão estar trajados com uniforme da empresa, bem como adequadamente identificados.

6.4.1.8. O fornecimento, manutenção e reposição dos uniformes e dos EPI é de obrigação da CONTRATADA, devendo ser fornecidos gratuitamente aos operários.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

6.4.1.9. Os EPI's e uniformes de trabalho deverão estar em perfeito estado de conservação e uso.

6.4.1.10. Ordem e Limpeza: o local dos trabalhos deverá ser mantido limpo, organizado, desimpedido e com suas vias de circulação livres.

6.4.1.11. Penalidades: o descumprimento das exigências de Segurança e Medicina do Trabalho será penalizado na forma da lei.

6.4.1.12. Em situações de grave e iminente risco, a FISCALIZAÇÃO poderá paralisar a obra total ou parcialmente sem, contudo, deixar de ser contado o prazo de execução dos serviços.

6.4.1.13. Será exigido o fiel cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho no que diz respeito à Medicina e Segurança do Trabalho.

6.4.1.14. Critérios de Sustentabilidade: Essas são as diretrizes relacionadas à sustentabilidade que a CONTRATADA deve seguir em todas as fases de execução dos serviços contratados. Elas se concentram em considerações ambientais, sociais e culturais. Para tanto, deverá seguir a documentação abaixo:

6.4.1.15. Guia de Boas Práticas em Sustentabilidade da Câmara Brasileira da Indústria da Construção: A CONTRATADA deve seguir o Guia de Boas Práticas em Sustentabilidade da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, que contém orientações específicas sobre como executar os serviços de forma sustentável.

6.4.1.16. Materiais Básicos e Impactos Ambientais: A CONTRATADA deve escolher materiais básicos que equilibrem custos e benefícios, considerando os impactos ambientais positivos e negativos. Isso inclui a utilização de materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis.

6.4.1.17. Embalagem Sustentável: Os materiais devem ser acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, feitas de materiais preferencialmente recicláveis ou de fontes renováveis, para minimizar os impactos ambientais durante o transporte e o armazenamento.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

6.4.1.18. Uso de Lâmpadas LED ou Eficientes: Prioridade deve ser dada ao uso de lâmpadas LED ou luminárias eficientes para economizar energia e uso de sensores de presença.

6.4.1.19. Materiais Reciclados e Biodegradáveis: Deve-se dar preferência a materiais reciclados, reutilizados e biodegradáveis que reduzam a necessidade de manutenção.

6.4.1.20. Origem da Madeira: A origem da madeira utilizada nos serviços deve ser certificada (FSC e/ou PEFC/Cerflor) para garantir que ela não seja proveniente de desmatamento ilegal ou práticas insustentáveis.

6.4.1.21. Origem Local de Mão de Obra e Materiais: É necessário priorizar a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas locais sempre que possível.

6.4.1.22. Produtos de Limpeza Seguros: Produtos de limpeza e conservação devem atender às classificações e especificações determinadas pela ANVISA para garantir a segurança e eficácia.

6.4.1.23. Economia de Água: Devem ser adotadas medidas para evitar o desperdício de água tratada.

6.4.1.24. Equipamentos de Segurança: A CONTRATADA deve fornecer os equipamentos de segurança necessários para a execução dos serviços.

6.4.1.25. Reciclagem de Resíduos: Deve-se separar os resíduos recicláveis na fonte geradora e destiná-los a associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

6.4.1.26. As normas brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionadas a resíduos sólidos devem ser respeitadas, bem como a ISO N° 14.000.

6.4.1.27. Destinação de Pilhas e Baterias: Deve ser prevista a destinação ambientalmente adequada de pilhas e baterias usadas, conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução CONAMA n° 401, de 4 de novembro de 2008.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

6.4.1.28. Retirada e Avaliação de Materiais Substituídos: A CONTRATADA deve retirar os materiais substituídos durante os serviços e apresentá-los à FISCALIZAÇÃO para avaliação de reaproveitamento ou descarte adequado.

6.4.1.29. Separação e Descarte Adequado de Resíduos: Todos os resíduos, incluindo embalagens, restos de materiais, produtos, entulhos, lâmpadas queimadas, cabos, óleos e graxas, devem ser separados e descartados de acordo com a legislação ambiental e sanitária vigente, bem como com o plano de manejo.

6.4.1.30. Declaração do Licitante: O licitante deve declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, o que implica seguir todas essas diretrizes de sustentabilidade.

6.5. ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO:

6.5.1.1. A elaboração do projeto executivo está compreendida como etapa indispensável à execução do objeto contratual, devendo abranger o conjunto completo de documentos técnicos, cálculos, representações gráficas, especificações e demais elementos necessários à realização integral da obra.

6.5.1.2. O projeto executivo de arquitetura e engenharia deverá ser **desenvolvido obrigatoriamente na metodologia BIM (Building Information Modeling), com nível de desenvolvimento mínimo LOD 400**, permitindo o pleno entendimento técnico da solução proposta, com fidelidade aos dimensionamentos, interferências, compatibilização e quantitativos, além de facilitar o acompanhamento, medição e fiscalização da obra.

6.5.1.3. O projeto executivo deverá contemplar, além das disciplinas tradicionais de arquitetura e engenharia, os estudos ambientais necessários à implantação da edificação em área sujeita a restrições ambientais, incluindo diagnóstico da cobertura vegetal, identificação de áreas legalmente protegidas, caracterização de corpos hídricos, avaliação de impactos, proposição de medidas mitigadoras e compensatórias, bem como a elaboração de peças técnicas exigidas pelo órgão ambiental licenciador para fins de obtenção das licenças



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

cabíveis. Além dos estudos quanto às espécies vegetais e as condições ambientais legais, deverá ser solicitado no órgão ambiental responsável, as autorizações para supressão e o licenciamento para a implantação e operação da unidade escolar.

6.5.1.4. Deverá ser elaborado inventário arbóreo georreferenciado com indicação dos indivíduos a serem suprimidos, preservados ou transplantados, acompanhado de plano de supressão vegetal e compensação ambiental, quando aplicável, além de projetos de drenagem, controle de erosão e manejo de solos compatíveis com as condicionantes ambientais incidentes.

6.5.1.5. Para fins de licenciamento ambiental da unidade escolar, a contratada deverá elaborar os estudos e produtos técnicos exigidos pelo órgão ambiental competente, de acordo com a legislação aplicável e com a classificação do empreendimento, inclusive mediante a produção de dados primários quando solicitados.

6.5.1.6. Os estudos ambientais deverão contemplar, conforme o nível de detalhamento requerido pelo órgão licenciador, diagnóstico dos meios físico, biótico e socioeconômico, identificação e avaliação dos impactos ambientais, proposição de medidas mitigadoras e compensatórias, bem como a definição de programas de controle, monitoramento e acompanhamento ambiental durante a implantação e a operação da obra.

6.5.1.7. Eventuais complementações, revisões ou ajustes dos estudos determinados pelo órgão ambiental competente integrarão o escopo contratual, sem prejuízo da titularidade da Administração quanto ao empreendimento

6.5.1.8. Para o Projeto de Drenagem de Águas Pluviais e Controle de Sedimentos deverá ser apresentado:

1. Projeto de Drenagem de Águas Pluviais, com a disposição de condutos verticais e horizontais, com a drenagem das coberturas, de áreas permeáveis e



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

impermeáveis. No projeto devem conter peças gráficas, dimensionamento das unidades e previsão de lançamento das águas drenadas. Caso o lançamento seja realizado em galerias públicas de drenagem, devem ser consideradas as condições hidráulicas e construtivas do sistema público de drenagem de águas pluviais.

6.5.1.9. Caso o órgão ambiental competente venha a exigir Autorização de Supressão Vegetal – ASV para a implantação da unidade escolar, caberá à contratada a elaboração dos estudos e produtos técnicos correspondentes, bem como o protocolo e acompanhamento do respectivo processo, observadas as normas vigentes do ente licenciador.

6.5.1.10. Os estudos deverão compreender, conforme exigido pelo órgão competente:

- a) caracterização da cobertura vegetal existente na área de implantação;
- b) delimitação da área sujeita à supressão, quando for o caso;
- c) elaboração de mapas georreferenciados e arquivos vetoriais compatíveis (ex.: formato .shp) contendo a poligonal da área afetada;
- d) identificação de áreas legalmente protegidas eventualmente incidentes, recursos hídricos e drenagens naturais;
- e) avaliação dos impactos ambientais da supressão e proposição de medidas mitigadoras;
- f) plano operacional de supressão, quando exigido;
- g) definição da destinação da matéria-prima florestal;
- h) inventário florístico e/ou florestal, se requerido;
- i) programas de resgate, salvamento ou compensação vegetal, quando aplicáveis.

6.5.1.11. Os estudos deverão atender às normas e instruções do órgão ambiental licenciador competente, inclusive aquelas eventualmente aplicáveis no



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

âmbito estadual ou municipal, sem prejuízo da titularidade da Administração quanto ao empreendimento.

6.5.1.12. Para fins de licenciamento ambiental da unidade escolar, a contratada deverá elaborar os estudos e documentos técnicos que vierem a ser exigidos pelo órgão ambiental competente, de acordo com a classificação do empreendimento e a legislação aplicável, podendo incluir, conforme o caso:

- Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Plano de Controle Ambiental (PCA) ou documento técnico equivalente;
- memorial descritivo dos impactos ambientais e das respectivas medidas mitigadoras e compensatórias;
- plano de controle ambiental da obra e demais programas ambientais;
- subsídios técnicos necessários à obtenção das licenças e autorizações.

6.5.1.13. Projetos Executivos:

- Modelos BIM federados e compatibilizados entre disciplinas;
- Memoriais descritivos e de cálculo por especialidade;
- Especificações técnicas detalhadas;
- Planilhas de quantidades e insumos;
- Arquivos editáveis em formato IFC e nativos das plataformas utilizadas;
- Desenhos executivos em formato digital e impresso.
- Plano de Supressão Vegetal contendo (i) inventário arbóreo georreferenciado; (ii) identificação de indivíduos a suprimir/preservar; (iii) justificativas técnicas; (iv) plano de compensação/reposição florestal; (v) medidas de proteção de árvores preservadas. (se necessário)
- Projetos de Drenagem e controle de sedimentos: (i) microdrenagem e macrodrenagem; (ii) controle de erosão; (iii) bacias de retenção; (iv) filtros de sedimentos; (v) proteção de taludes; (vi) lançamento final conforme licença.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação

Secretaria Adjunta de Infraestrutura

Diretoria de Planejamento de Obras

6.5.1.14. A aprovação do projeto executivo está condicionada à análise técnica da Secretaria Adjunta de Infraestrutura da SEDUC/PA, por meio da Diretoria de Planejamento de Obras, sendo considerada válida apenas após manifestação formal da Administração. Somente após essa aprovação será possível o início da execução física da obra.

6.5.1.15. O projeto executivo deverá:

- Atender às normas da ABNT, especialmente aquelas relacionadas ao desempenho, segurança, instalações prediais, sustentabilidade e acessibilidade (como NBR 9050/2020 e Decreto Federal nº 5.296/2004);
- Ser elaborado de forma a evitar conflitos entre disciplinas e prever todas as possíveis interferências e condicionantes técnicas;
- Apresentar soluções construtivas otimizadas, padronizadas conforme orientações do FNDE e aderentes à realidade local do município de Santarém/PA;
- Incluir o detalhamento completo de todos os elementos e sistemas construtivos, mesmo que não constem no Projeto Básico, sempre que necessário para garantir a perfeita execução da obra.

6.5.1.16. Comporão obrigatoriamente o Projeto Executivo Completo, no mínimo, os seguintes itens:

- Projeto Arquitetônico (incluindo urbanização e paisagismo);
- Projeto de Iluminação;
- Projeto de Acessibilidade;
- Projeto Estrutural;
- Projeto de Fundações;
- Projeto Elétrico e Luminotécnico;
- Projeto Hidrossanitário;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

- Projeto de Drenagem;
- Projeto de Instalações de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA);
- Projeto de Terraplenagem
- Projeto de Pavimentação (externa)
- Projeto de GLP
- Projeto de Ar Condicionado e Exaustão
- Projeto de Supressão Vegetal (se necessário)
- Especificações Técnicas;
- Memorial Descritivo (para cada disciplina mencionada);
- Memórias de Cálculo completas.

6.5.1.17. Todos os estudos e projetos deverão seguir as normas técnicas vigentes e serão compatibilizados previamente, de modo a assegurar a ausência de impedimentos técnicos para a execução da obra, considerando a totalidade dos sistemas e componentes previstos.

6.5.1.18. A contratada deverá realizar, sempre que demandada, ajustes e complementações técnicas no projeto, com base em parecer fundamentado da equipe técnica da SEDUC/PA, garantindo assim a adequação plena da solução projetada à realidade de execução.

6.6. RECOMENDAÇÕES:

6.6.1. DAS DIRETRIZES DE ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL:

6.6.1.1. A edificação a ser implantada deverá atender integralmente aos princípios da acessibilidade e do desenho universal, garantindo condições de uso seguro, autônomo e digno por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com:

- A Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- O Decreto Federal nº 5.296/2004;
- A ABNT NBR 9050 vigente;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

- Demais normas técnicas aplicáveis à acessibilidade em edificações públicas e escolares;
- Diretrizes técnicas do FNDE para unidades escolares.

6.6.1.2. A acessibilidade deverá ser tratada como elemento estruturante do empreendimento, desde a fase de elaboração dos projetos executivos até a execução da obra, não sendo admitidas soluções meramente paliativas ou adaptativas posteriores.

6.7. ESCOPO MÍNIMO DE SOLUÇÕES DE ACESSIBILIDADE:

6.7.1.1. Os projetos executivos deverão contemplar, no mínimo:

- a) rotas acessíveis contínuas desde o acesso ao lote até todos os ambientes de uso coletivo;
- b) rampas, corrimãos, guarda-corpos e patamares conforme inclinações normativas;
- c) pisos táteis direcionais e de alerta;
- d) sanitários acessíveis em todos os blocos funcionais;
- e) vagas reservadas e sinalizadas no estacionamento;
- f) sinalização visual, tátil e sonora;
- g) balcões, bebedouros e mobiliários acessíveis;
- h) previsão de áreas de resgate em caso de emergência;
- i) dimensionamento adequado de portas, circulações e desníveis;
- j) sistemas de alarme audiovisual.

6.8. INTEGRAÇÃO COM PROJETOS COMPLEMENTARES:

6.8.1.1. As soluções de acessibilidade deverão ser plenamente compatibilizadas com os projetos estrutural, elétrico, hidrossanitário, prevenção e combate a incêndio, paisagismo e urbanização, não sendo admitidas interferências que comprometam a rota acessível ou o uso autônomo dos espaços.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

6.8.1.2. Os modelos desenvolvidos em BIM deverão permitir a verificação das rotas acessíveis, inclinações, áreas de manobra, sinalizações e equipamentos, com checagens específicas antes da aprovação final dos projetos.

6.9. VERIFICAÇÃO, APROVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

6.9.1.1. A Administração somente aprovará os projetos executivos após a comprovação do atendimento integral às normas de acessibilidade.

6.9.1.2. Durante a execução da obra, a fiscalização realizará inspeções específicas voltadas ao cumprimento das diretrizes de acessibilidade, podendo determinar correções imediatas de serviços executados em desconformidade.

6.9.1.3. O recebimento provisório e definitivo da obra estará condicionado à verificação formal da conformidade das soluções implantadas com as normas técnicas e legais de acessibilidade.

6.10. DA NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICOS PADRÃO FNDE:

6.10.1.1. O presente Termo de Referência adota como base técnica o Projeto Básico padrão FNDE para unidades escolares de 13 salas, o qual orientou a estimativa de custos e a concepção inicial da edificação.

6.10.1.2. Todavia, em razão das características específicas do terreno situado no município de Santarém/PA e das exigências normativas atuais de controle externo, o referido projeto padrão necessita ser complementado, compatibilizado e eventualmente ajustado na fase de Projeto Executivo, de modo a assegurar sua plena exequibilidade, conformidade legal e adequação ao sítio de implantação.

6.10.1.3. A Administração esclarece que, para fins de viabilização da licitação dentro dos prazos estabelecidos no âmbito do Novo PAC e perante a Caixa Econômica Federal, foram realizados estudos preliminares consistentes em:

- Levantamento topográfico por escaneamento para referência inicial de implantação;
- Sondagens geotécnicas amostrais para identificação preliminar do tipo de solo e diretriz inicial de fundações.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

6.10.1.4. Tais levantamentos, contudo, não possuem caráter conclusivo para fins executivos, uma vez que não abrangem o quantitativo mínimo de investigações exigido pelas normas técnicas da ABNT aplicáveis a projetos geotécnicos e topográficos de obra pública, servindo apenas como subsídio inicial para concepção e estimativa orçamentária.

6.10.1.5. Ademais, o projeto padrão FNDE, por diretriz do órgão financiador, não pode sofrer alterações conceituais relevantes, porém admite adaptações técnicas de implantação e de engenharia decorrentes das condições reais do terreno, interferências locais, exigências urbanísticas, ambientais e de acessibilidade, as quais somente poderão ser consolidadas na fase de Projeto Executivo.

6.10.1.6. Soma-se a isso o fato de que parte dos projetos complementares indispensáveis à execução integral da obra não se encontra integralmente desenvolvida no nível exigido para execução, notadamente:

- I. projeto de drenagem pluvial compatível com a topografia local;
- II. projeto de terraplenagem e contenções;
- III. projeto de pavimentação externa e urbanização;
- IV. projeto de instalações de GLP;
- V. plano de manejo e eventual supressão vegetal (quando exigido pelo órgão ambiental competente);
- VI. estudos e licenciamento ambiental;
- VII. revisão e detalhamento das soluções de acessibilidade, em conformidade com as diretrizes atuais do TCE e com a ABNT NBR 9050;
- VIII. compatibilização plena entre disciplinas em metodologia BIM.

6.10.1.7. Ressalta-se, ainda, que os projetos disponíveis encontram-se em formato convencional e não foram desenvolvidos em plataforma BIM, tampouco



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

submetidos a processo integral de compatibilização tridimensional, condição esta que poderá revelar interferências físicas entre sistemas prediais, estruturas, drenagem e soluções de acessibilidade, demandando ajustes técnicos na arquitetura e nos projetos complementares.

6.10.1.8. Considerando:

6.10.1.9. a) a insuficiência dos levantamentos preliminares para fins executivos;

b) a necessidade de atendimento integral às normas técnicas e exigências de acessibilidade;

c) a obrigação de obtenção de licenças e autorizações;

d) as características hidrogeológicas e climáticas da Região Amazônica;

e) os prazos federais para formalização da contratação;

f) a capacidade operacional reduzida da equipe técnica da Administração frente ao volume de empreendimentos em curso;

6.10.1.10. Optou-se, por critério de prudência administrativa e gestão de riscos, pela inclusão no escopo contratual da elaboração integral dos Projetos Executivos, assegurando cobertura contratual para ajustes, complementações e revisões técnicas eventualmente necessárias, sem que isso implique fragilidade do Projeto Básico, mas sim providência destinada a garantir a exequibilidade da obra, a legalidade da execução e a proteção do interesse público.

6.10.1.11. A Administração ressalta que os quantitativos e custos estimados baseiam-se no projeto padrão FNDE e nos estudos preliminares realizados, estando sujeitos a ajustes técnicos pontuais decorrentes da consolidação do Projeto Executivo, observadas as regras legais para alterações contratuais e reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabíveis.

6.10.1.12. Dessa forma, a contratação integrada das atividades de elaboração de Projeto Executivo e execução da obra busca assegurar maior segurança técnica, mitigação de riscos de paralisação futura, redução de aditivos e plena conformidade com as exigências dos órgãos de controle.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

7. GARANTIA DA PROPOSTA DE PREÇO:

7.1. Será exigida a garantia da proposta como requisito obrigatório de pré-habilitação conforme versa o art. 58 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, e será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

7.2. A garantia de proposta poderá ser prestada através das modalidades previstas no art. 96, § 1º da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, a saber:

“Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. [\(Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#)”

7.3. Implicará a execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

8. DA PROPOSTA TÉCNICA

A Proposta Técnica deverá ser apresentada de forma objetiva preenchida previamente pela empresa conforme modelo planilha **ANEXO XII - MODELO DE**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

PLANILHA DE NOTA TÉCNICA, indicando a localização nos arquivos e páginas das referidas CAT, Atestados e ART/ RRT apresentados, constando os aspectos técnicos relativos à Experiência Local (NT1), Experiência da Equipe Técnica na elaboração de laudos estruturais (NT2), a Experiência da Licitante (NT3) e Experiência da Equipe Técnica na elaboração de projetos (NT4), para ser avaliada pela SAI/SEDUC-PA.

8.1. EQUIPE TÉCNICA

8.1.1. A licitante deverá apresentar uma relação nominal constando os profissionais que comporão sua equipe técnica, que estarão envolvidos na execução dos serviços, devendo ser uma equipe estruturada, com qualificação técnica e profissional para garantir o ritmo de execução estabelecido no cronograma de entrega dos projetos e obra, no que tange a planejar, coordenar, supervisionar e avaliar tecnicamente, a execução, em seus diferentes níveis de atuação, assumindo a condição de autores dos projetos de construção e na execução da obra, sendo responsáveis técnicos por estes, podendo estes serem profissionais distintos, na intensidade necessária que assegure progresso satisfatório aos serviços e projetos.

8.1.2. Os profissionais apresentados pela licitante deverão ser qualificados e capacitados, com conhecimento em softwares para elaboração de projetos executivos em BIM e normas relacionadas à execução do objeto do presente Projeto Básico.

8.1.3. O profissional que apresentar a comprovação em BIM deverá ser o mesmo a apresentar as Certidões de Acervo Técnico (CAT) de projeto para a pontuação na proposta técnica. Não poderá haver divergência de profissionais, assegurando que o indivíduo detentor da formação em BIM seja o responsável pelo acervo pontuado.

8.1.4. Os profissionais pertencentes ao quadro técnico da empresa, deverão comprovar experiência na execução de obras e na elaboração de projetos,



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

podendo ser profissionais diferentes, desde que comprovada a experiência técnica exigida.

8.1.5. Os profissionais detentores dos atestados de capacidade técnica que compuseram a equipe participante do certame poderão ser substituídos após a assinatura do contrato por outro profissional equivalente, desde que possuam a mesma capacidade técnica apresentada no certame.

8.1.6. Fica vedada a participação de um mesmo técnico em empresas licitantes diferentes, sob pena de desclassificação das licitantes que transgredirem tal veto;

8.1.7. Para critério de pontuação no presente certame, a licitante deverá apresentar profissional qualificado com as exigências conforme disposto abaixo:

8.1.7.1. ENGENHEIRO(A) CIVIL/ ARQUITETO(A) – Deverá ser Engenheiro(a) Civil e/ou Arquiteto(a) legalmente habilitado para o exercício da profissão no país da Contratante na data apresentação da Proposta, integrante do quadro permanente da Licitante na data de apresentação dos documentos, na condição de empregado, sócio, diretor ou profissional com contrato de prestação de serviços, ou declaração de contratação futura registrado em cartório brasileiro, com experiência na elaboração de projetos executivos e na execução, no mínimo, dos serviços de maior relevância da curva ABC, conforme “item 11.4.2.2.”. A condição informada deverá ser obrigatoriamente comprovada por meio de documentação pertinente, podendo os profissionais de elaboração de projetos e obras serem distintos, contanto que ambos comprovem as exigências acima solicitadas.

8.1.7.2. ENGENHEIRO(A) ELETRICISTA – Deverá ser Engenheiro Eletricista legalmente habilitado para o exercício da profissão no país da Contratante, integrante do quadro permanente da Licitante na data de apresentação dos documentos, na condição de empregado, sócio, diretor ou profissional com contrato de prestação de serviços, ou declaração de contratação futura registrado em cartório brasileiro, com experiência comprovada na elaboração de projetos e execução de obras de instalações elétricas e SPDA.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

8.1.8. A experiência dos profissionais, para efeito de computar a pontuação, deverá ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.1.8.1. Certidões de Acervos Técnicos – CAT acompanhado dos Atestados de capacidade técnico-profissional, expedidos por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, registrados no conselho de classe competente (CREA ou CAU) **com as respectivas ART ou RRT**, mencionando a prestação de serviços similares ao objeto desta contratação e quantitativos executados.

8.1.8.2. Certidão de Registro de Pessoa Física emitida pelo conselho regional competente, cuja inscrição constitua requisito legal para exercício da profissão;

8.1.8.3. Declaração assinada pelo profissional com autorização de sua inclusão no quadro de profissionais, ou contratação futura, da Equipe Técnica constante da proposta e com seu compromisso de participar efetivamente dos serviços;

8.1.8.4. Diploma de curso de elaboração de projetos **em BIM** ou **Atestado de Capacitação Técnica** de elaboração de projeto **em BIM**, acompanhado de ART, para os profissionais de elaboração de projetos.

8.2. EMPRESA/ LICITANTE

8.2.1. Para comprovação da experiência da empresa/licitante, deverão ser apresentados:

8.2.1.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em nome da licitante;

8.2.1.2. Atestado(s), expedido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado **em nome da licitante**, registrado(s) no Conselho de classe competente, se houver, que comprove a execução dos serviços pertinentes e compatíveis ao objeto desta licitação. Os atestados deverão vir acompanhados das respectivas ART/RRT.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

8.2.1.3. Em caso de apresentação de atestados de serviços realizados por consórcio de empresas, deverão ser observados os preceitos elencados no art. 67 §10º, I e II da Lei nº 14.133/2021;

8.2.1.4. Informações sobre os ATESTADOS TÉCNICOS:

8.2.1.4.1. Deverá(ão) constar, preferencialmente, no(s) atestado(s) de capacidade técnica ou na(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA e/ou CAU, em destaque, os seguintes dados: data de início e término das obras ou serviços; local de execução; nome do contratante e da pessoa jurídica contratada; nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA e/ou CAU; especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados;

8.2.1.4.2. Cada atestado deverá estar precedido de um espelho/resumo onde a licitante deverá destacar qual o serviço que o mesmo atenderá; seja a execução de obras, elaboração de projetos, entre outros serviços, de acordo com o objeto deste edital, com suas respectivas quantidades; o nome do RT e o número do registro do atestado no CREA e/ou CAU; sua situação funcional na empresa licitante; o local das obras ou serviços; e a respectiva localização no documento dos documentos comprobatórios compostos pelos atestados, CAT e ART/RRT.

8.2.1.4.3. Entende-se, para fins deste Projeto Básico, como pertencente ao quadro permanente da empresa/licitante: sócio; diretor; responsável técnico; empregado; prestadores de serviços.

8.2.1.4.4. Os documentos exigidos nas alíneas supramencionadas deverão constar na Proposta Técnica, obrigatoriamente, sendo que o não atendimento do estabelecido neste Projeto Básico e no Edital de Licitação, seja por apresentação incompleta dos documentos, seja por ausências e/ou omissões de itens, rasuras, emendas ou entrelinhas, implicará no não cômputo dos pontos correspondentes.

8.3. AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

A avaliação da PROPOSTA TÉCNICA se dará da seguinte forma:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

$$\text{NPT} = \text{NT1} + \text{NT2} + \text{NT3} + \text{NT4}$$

A Proposta Técnica receberá uma pontuação máxima de 100 pontos, onde a somatória da pontuação obtida na Experiência Local (NT1), Experiência da Equipe Técnica em Projetos Executivos (NT2), a Experiência da Licitante em Execução de Obras (NT3) e Experiência da Equipe Técnica em Execução de Obras (NT4), corresponderá à Nota da Proposta Técnica (NPT), para fins de julgamento final e classificação dos Licitantes. Os quais serão distribuídos da seguinte forma:

Nota Técnica	Assunto relacionado	Pontuação Máxima (PTS)
NT 1 – Nota Técnica 1	Experiência Local	24,00
NT 2 – Nota Técnica 2	Experiência da Equipe Técnica em Projetos Executivos	24,00
NT 3 – Nota Técnica 3	Experiência da Licitante em Execução de Obras	26,00
NT 4 – Nota Técnica 4	Experiência da Equipe Técnica em Execução de Obras	26,00
NT - NOTA TÉCNICA	NPT = NT1 + NT2 + NT3 + NT4	100,00

Para efeito de pontuação, será considerada como nota a somatória do item com a segunda casa decimal, sem arredondamentos.

Na apresentação dos documentos que compõem a nota técnica a empresa Licitante deverá preencher previamente a planilha do **ANEXO XII - MODELO DE PLANILHA DE NOTA TÉCNICA**, informando a ordem dos documentos apresentados. Além disso, os documentos deverão ser entregues de forma



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

organizada em ordem das notas técnicas, apresentando também a comprovação do vínculo do profissional junto à empresa e comprovação de experiência ou formação em BIM, para os profissionais de projeto, para fins de computação da pontuação. A não apresentação dessa forma acarretará na não análise dos documentos e consequente ausência de pontuação da empresa no certame.

8.3.1. NT1 - EXPERIÊNCIA LOCAL (máximo: 24 pontos)

8.3.1.1. O critério de **Experiência Local** foi estabelecido exclusivamente para fins de **pontuação técnica e comparação entre propostas**, não possuindo caráter eliminatório ou desclassificatório. Tal critério respeita plenamente os princípios da **isonomia**, da **ampla competitividade** e da **seleção da proposta mais vantajosa**.

8.3.1.2. Atribui-se pontuação diferenciada a empresas que comprovarem experiência prévia na execução de obras de engenharia com características técnicas similares à do objeto desta licitação, situadas na mesma região geográfica, conforme os seguintes níveis:

Item	Descrição	Pontuação para avaliação			
		A	B	C	D
NT1	Experiência Local	0	6	12	24
	Execução de obra no Estado do Pará	0	2,67	5,33	8
	Execução de obra na Região de Integração	0	2,67	5,33	8
	Execução de obra no Município	0	2,67	5,33	8

8.3.1.3. Serão atribuídos conceitos de 'A' a 'D', da seguinte forma:

Conceitos:		Pts
A	Experiência não comprovada ou insuficiente - quando a licitante não comprova experiência de acordo com os critérios estabelecidos, ou não atende 50% do quantitativo para atendimento do objeto, sua	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

	pontuação será A.	
B	Experiência Mínima - quando a licitante comprovar experiência de acordo com os critérios estabelecidos, atendendo o 50% do quantitativo , sua pontuação será B.	2,67
C	Experiência suficiente - quando a licitante comprovar experiência de acordo com os critérios estabelecidos, atendendo 100% do quantitativo , sua pontuação será C.	5,33
D	Experiência Excelente - quando a licitante comprovar experiência de acordo com os critérios estabelecidos atendendo além do quantitativo , sua pontuação será D.	8

8.3.1.3.1. O quantitativo de referência considerado para este critério será de 1.887,26 m² (Mil oitocentos e oitenta e sete e vinte e seis metros quadrados) de área construída. Não sendo considerado válido documento de comprovação contendo quantitativo abaixo do quantitativo mínimo de 943,63 m² (Novecentos e quarenta e três e sessenta e três metros quadrados), que equivale a metade do quantitativo de referência, devendo a experiência comprovada ter as mesmas características básicas construtivas do objeto deste documento.

8.3.1.3.2. A **comprovação da experiência** dar-se-á por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhado(s) das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs), que identifiquem a localização da obra, sua natureza e compatibilidade com o objeto licitado.

8.3.1.3.3. A execução de obras públicas no Estado do Pará — e particularmente no município de Santarém/PA — apresenta peculiaridades técnicas e operacionais relevantes, notadamente:

- Elevada pluviosidade durante o chamado **inverno amazônico**, com forte impacto sobre produtividade e planejamento do cronograma;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

- Solos com características **geotécnicas e hidrológicas complexas**, que exigem soluções técnicas específicas para fundações, drenagem e estrutura;
- Desafios logísticos para **transporte, armazenamento e mobilização** de insumos e equipes, agravados pelas condições climáticas sazonais;
- Necessidade de experiência prática para mitigar riscos de **retrabalho, paralisações e aditivos contratuais**.

8.3.1.3.4. A **experiência comprovada em ambientes geográficos e climáticos semelhantes** constitui um diferencial técnico legítimo e objetivo, pois favorece o planejamento adequado, a antecipação de riscos e a execução eficiente da obra.

8.3.1.3.5. Importante destacar que a ausência dessa experiência **não impede a participação plena do licitante**, tampouco inviabiliza sua habilitação ou sucesso no certame, uma vez que a pontuação poderá ser plenamente compensada pelos demais critérios técnicos e pela proposta de preço.

8.3.1.3.6. Assim, a **Experiência Local** se apresenta como instrumento auxiliar e proporcional de qualificação técnica **comparativa**, contribuindo para a **redução de riscos, eficiência na execução contratual** e melhor aplicação dos recursos públicos, nos termos dos princípios da **eficiência, planejamento e economicidade** previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.3.2. NT 2 – Experiência da Equipe Técnica em Projetos Executivos (máximo: 24 pontos)

8.3.2.1. Para este item, serão atribuídos conceitos de 'A' a 'D', onde a comprovação da experiência específica do proponente se dará com a apresentação de trabalhos similares, a ser comprovada somente através de Atestado Técnico acompanhado da CAT, preferencialmente com a ART/RRT fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação

Secretaria Adjunta de Infraestrutura

Diretoria de Planejamento de Obras

8.3.2.2. A definição dos pontos será feita mediante comprovação de metragem quadrada quanto à elaboração de projetos executivos, sendo cada projeto pontuado separadamente. São eles: Arquitetônico, Acessibilidade, Estrutural, Fundações, Elétrico, Hidrossanitário, Instalações de proteção contra descargas atmosféricas e Combate a incêndio.

8.3.2.3. Serão atribuídos Conceitos ao licitante, conforme especificações abaixo discriminadas:

Item	Descrição	Pontuação para avaliação			
		A	B	C	D
NT2	Experiência da Equipe Técnica em Projetos Executivos	0	8	16	24
	Elaboração de Projeto Executivo Arquitetônico	0	1	2	3
	Elaboração de Projeto Executivo Acessibilidade	0	1	2	3
	Elaboração de Projeto Executivo Estrutural	0	1	2	3
	Elaboração de Projeto Executivo Fundações	0	1	2	3
	Elaboração de Projeto Executivo Elétrico	0	1	2	3
	Elaboração de Projeto Executivo Hidrossanitário	0	1	2	3
	Elaboração de Projeto Executivo Instalações de proteção contra descargas atmosféricas	0	1	2	3
	Elaboração de Projeto Executivo Combate Incêndio	0	1	2	3

8.3.2.4. Serão atribuídos conceitos de 'A' a 'D', da seguinte forma:

Conceitos:		Pts
A	Experiência não comprovada ou insuficiente - quando a licitante não comprova experiência de acordo com os critérios estabelecidos, ou não atende 50% do quantitativo para atendimento do objeto, sua pontuação será A.	0
B	Experiência Mínima - quando a licitante comprovar experiência de acordo com os critérios estabelecidos, atendendo o 50% do quantitativo , sua pontuação será B.	1



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

C	Experiência Suficiente - quando a licitante comprovar experiência de acordo com os critérios estabelecidos, atendendo 100% do quantitativo , sua pontuação será C.	2
D	Experiência Excelente - quando a licitante comprovar experiência de acordo com os critérios estabelecidos atendendo além do quantitativo , sua pontuação será D.	3

8.3.2.5. Para a comprovação da experiência de elaboração de projetos executivos, não serão aceitas a soma direta de metragens quadradas, sendo aceito apenas um único Atestado com atendimento à metragem mínima exigida, sendo classificada de acordo com o enquadramento de cada pontuação. A comprovação da experiência na elaboração de projetos executivos vai além da somatória de metragens quadradas, essa exigência decorre por se tratar de uma atividade intelectual, no qual é necessária expertise que assegure que a licitante possua habilidades compatíveis com a dimensão deste projeto, seja na gestão da variabilidade do espaço, na integração disciplinar, na consideração da eficiência e funcionalidade global do projeto. Consequentemente, a avaliação técnica da capacidade transcende à simples contabilização de metragens quadradas, não sendo permitido realizá-la.

8.3.2.6. A comprovação de execução dos serviços de elaboração de projetos executivos deve se referenciar pela quantidade de 1.887,26 m² (Mil oitocentos e oitenta e sete e vinte e seis metros quadrados) de área. Não sendo considerado válido documento de comprovação contendo quantitativo abaixo do mínimo de 943,63 m² (Seiscentos e dezoito metros quadrados), respeitando o limite de até 50% de exigência de capacidade técnica.

8.3.2.7. Para efeito de computação das notas deverão ser encaminhados os documentos de comprovação de vínculo ou declaração de contratação futura do profissional detentor das CATs, bem como a comprovação de experiência ou formação em BIM.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

8.3.2.8. Os profissionais pertencentes ao quadro técnico da empresa, deverão comprovar experiência técnica na elaboração de projetos, podendo ser profissionais diferentes, desde que comprovada a capacitação técnica exigida.

8.3.3. NT 3 – Experiência da Licitante em Execução de Obras (máximo: 26 pontos)

8.3.3.1. Para este item, serão atribuídos os conceitos de 'A' a 'D', onde a comprovação da experiência específica da licitante deverá ser comprovada através de **Atestado Técnico devidamente registrado no conselho**, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado **acompanhado da respectiva ART/RRT**.

8.3.3.2. A definição dos pontos será feita mediante somatório das pontuações da licitante, tendo que apresentar a experiência da execução dos serviços de maior relevância da curva ABC, conforme os serviços e quantitativos de maior relevância dispostos neste documento.

8.3.3.3. Serão atribuídos conceitos ao licitante, de acordo com os quantitativo apresentados e considerados aceitos conforme especificações abaixo discriminadas:

Item	Descrição	Pontuação para avaliação			
		A	B	C	D
NT3	Experiência da Equipe Técnica	0	7	13	26
	ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO FINK, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020_PSA	0	3,5	6,5	13
	TELHA TERMOISOLANTE REVESTIDA EM ACO GALVALUME, FACE SUPERIOR TRAPEZOIDAL E FACE INFERIOR PLANA (NAO INCLUI ACESSORIOS DE FIXACAO), REVEST COM	0	3,5	6,5	13



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

Item	Descrição	Pontuação para avaliação			
		A	B	C	D
	ESPESSURA DE 0,50 MM, COM PRE-PINTURA DE COR BRANCA NAS DUAS FACES, NUCLEO EM POLIIOCIANURATO (PIR) COM ESPESSURA DE 50 MM				

Serviços	Conceitos de Pontuação	
ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO FINK, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020_PSA	Comprovação menor que 39.425,65 kg	A
	Comprovação entre 39.425,65 kg e 78.851,3 kg	B
	Comprovação igual 78.851,3 kg	C
	Comprovação Superior a 78.851,3 kg	D
TELHA TERMOISOLANTE REVESTIDA EM ACO GALVALUME, FACE SUPERIOR TRAPEZOIDAL E FACE INFERIOR PLANA (NAO INCLUI ACESSORIOS DE FIXACAO), REVEST COM ESPESSURA DE 0,50 MM, COM PRE-PINTURA DE	Comprovação menor que 1.235,645 m ²	A
	Comprovação entre 1.235,645 m ² e 2.471,29 m ²	B
	Comprovação igual 2.471,29 m ²	C
	Comprovação Superior a 2.471,29 m ²	D



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

COR BRANCA NAS DUAS FACES, NUCLEO EM POLIIOCIANURATO (PIR) COM ESPESSURA DE 50 MM		
--	--	--

**8.3.4. NT 4 –Experiência da Equipe Técnica em Execução de Obras
(máximo: 26 pontos)**

8.3.4.1.1. A definição dos pontos da Equipe Técnica será feita mediante somatório das pontuações dos profissionais da licitante, atribuída de acordo com os critérios definidos neste documento.

8.3.4.1.2. Serão atribuídos Conceitos de 'A' a 'D' a cada profissional, de acordo com o quantitativo apresentado e considerado aceito, conforme disposto abaixo:

Item	Descrição	Pontuação para avaliação			
		A	B	C	D
NT4	Experiência da Equipe Técnica em Execução	0	7	13	26
	Atestado + CAT de Execução, dos serviços de maior relevância da curva ABC, de acordo com planilha orçamentária, do engenheiro civil/arquiteto	0	7	13	26

8.3.4.1.3. ENGENHEIRO(A) CIVIL/ ARQUITETO(A) – Deverá ser Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a), com experiência comprovada mediante apresentação de Atestado(s) Técnico(s) e Certidão válida que comprove a execução dos serviços de maior relevância e seus respectivos quantitativos conforme tabela de conceitos de pontuação abaixo;

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**

Secretaria de Estado de Educação

Secretaria Adjunta de Infraestrutura

Diretoria de Planejamento de Obras

8.3.4.1.4. Os serviços e quantitativos de maior relevância considerados, serão atribuídos à conceitos de 'A' a 'D', da seguinte forma:

Serviços	Conceitos de Pontuação	
ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO FINK, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020_PSA	Comprovação menor que 39.425,65 kg	A
	Comprovação entre 39.425,65 kg e 78.851,3 kg	B
	Comprovação igual 78.851,3 kg	C
	Comprovação Superior a 78.851,3 kg	D
TELHA TERMOISOLANTE REVESTIDA EM ACO GALVALUME, FACE SUPERIOR TRAPEZOIDAL E FACE INFERIOR PLANA (NAO INCLUI ACESSORIOS DE FIXACAO), REVEST COM ESPESSURA DE 0,50 MM, COM PRE-PINTURA DE COR BRANCA NAS DUAS FACES, NUCLEO EM POLIIOCIANURATO (PIR) COM ESPESSURA DE 50 MM	Comprovação menor que 1.235,645 m ²	A
	Comprovação entre 1.235,645 m ² e 2.471,29 m ²	B
	Comprovação igual 2.471,29 m ²	C
	Comprovação Superior a 2.471,29 m ²	D



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

9. DA PROPOSTA DE PREÇO

9.1. A proposta de preço deverá ser apresentada com valor global, de acordo com o objeto, consignando claramente o preço final do produto, expressa com apenas duas casas após a vírgula, em reais (R\$), datada, assinada, contendo a razão social da empresa licitante, número do CNPJ, endereço e telefone para contato.

9.2. Não serão aceitas propostas de preços opcionais ou condicionais, sendo desconsideradas as propostas que contiverem emendas, rasuras, entrelinhas, ressalvas, borrões ou espaços em branco, que possam suscitar dúvidas, especialmente em se tratando de valores, assim como serão desconsideradas as propostas que não atenderem a qualquer exigência contida no presente Projeto Básico e no Edital de Licitação.

9.3. A licitante deverá observar os preços máximos, bem como o quantitativo e serviços previstos no Anexo I Planilha Orçamentária deste documento, sob pena de desclassificação da proposta.

9.4. Nos preços propostos e apresentados na Planilha Orçamentária pela licitante, deverão estar computados todas as despesas necessárias, inclusive custo de materiais, de transportes, de instalações, depreciações, mão-de-obra, impostos, encargos sociais e trabalhistas, remunerações etc., que constituirão a única, exclusiva e completa remuneração dos serviços.

9.5. Apresentar o orçamento detalhado com a composição do custo de cada atividade, sob pena de desclassificação da proposta, a qual deverá ser preenchida de acordo com as informações dispostas no Anexo I. Não serão permitidas alterações de descrições, unidades e quantidades de serviços.

9.6. Para fins de composição do preço, a licitante deverá considerar os custos com recursos humanos e com recursos materiais e serviços suficientes e adequados para execução de cada atividade descrita na planilha de referência.

9.7. Apresentar a Composição de Encargos Sociais e Trabalhistas e Previdenciários, adequadas à política salarial de utilização de mão-de-obra. Os



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

preços propostos deverão remunerar os custos necessários à perfeita execução dos serviços. Não sendo admitidos erros de soma que modifiquem o valor da proposta.

9.8. Apresentar a Composição de BDI utilizada pela licitante, conforme recomendações TCU

9.9. Nas composições de custos unitários não serão admitidos a supressão total ou parcial dos encargos complementares, nem ultrapassar o valor de referência.

9.10. No caso das propostas apresentarem indícios de inexequibilidade (com valores inferiores a 75% do custo estimado pela Administração Pública), que sejam passíveis de diligência, deve ser objetivamente fundamentada para que comprove a compatibilidade dos custos dos insumos com os de mercado para a sua comprovação. Não serão admitidas: cotações ou propostas de terceiros, contratos com outros órgãos ou empresas privadas e notas fiscais de serviços de outros contratos.

9.11. A proposta deverá ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

9.12. Nas divergências entre valores grafados em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

9.13. AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO:

9.13.1. As propostas serão analisadas quanto a eventuais erros aritméticos, os quais serão corrigidos pela Comissão de Licitação, da forma seguinte:

9.13.1.1. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

9.13.1.2. No caso de erro de transcrição da quantidade prevista para o serviço, a quantidade e o preço total serão retificados, mantendo-se inalterado o preço unitário;

9.13.1.3. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade;

9.13.1.4. No caso de erro de adição, a soma será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas;

9.13.2. O preço total da proposta será ajustado pela Comissão de Licitação da SEDUC, em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante consistirá no preço corrigido global da proposta, considerado para cálculos;

9.13.3. Após todas as correções, a Comissão procederá ao cálculo da Nota da Proposta de Preço, que será:

$$\text{NPP} = 100 * (\text{MPVO} / \text{P})$$

Onde:

NPP = Nota da proposta de preço de cada licitante;

MPVO = Menor preço válido ofertado no certame;

P = Preço da proposta comercial da licitante em análise;

9.13.4. Será verificada a efetividade das propostas, promovendo-se a desclassificação nos termos da Lei nº 14.133/2021. Serão desclassificadas também as propostas de Preço que apresentarem:

- a) Vícios insanáveis;
- b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

c) Apresentarem preços inexequíveis, permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação ou apresentarem qualquer preço unitário acima do orçado pela administração;

d) Desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível o seu saneamento, resguardado o tratamento isonômico entre os licitantes.

9.13.5. A Comissão de Licitação poderá, durante a análise e julgamento das propostas exigir de qualquer proponente esclarecimentos adicionais sobre a proposta e seus anexos, conforme previsão legal.

10. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ACERCA DAS PROPOSTAS

10.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.3. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.4. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.5. Declaração formal que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, em conformidade com o disposto na lei nº 14.133/2021, art. 63, §1º.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

11. EXIGÊNCIAS DA HABILITAÇÃO

11.1. Habilitação Jurídica

11.1.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.1.2. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

11.1.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.3. Qualificação Econômico-Financeira

11.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

11.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

11.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

11.3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.3.6. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

11.3.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.4. Qualificação Técnica

11.4.1. Para habilitação técnica, exigir-se-á comprovação de registro ou inscrição da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) na entidade profissional competente da região a que estiverem vinculados, através de certidão emitida pelo órgão de classe em validade.

11.4.2. A qualificação técnica da licitante deverá ser demonstrada mediante a comprovação da aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto desta licitação, devendo a licitante declarar a disponibilidade de pessoal técnico especializado e comprovar a capacitação técnico-profissional e técnico-operacional por meio da apresentação de:

11.4.3. Quanto à disponibilidade de pessoal técnico especializado: Declaração formal de disponibilidade de pessoal técnico especializado para integrar a equipe que executará os serviços objeto da licitação, assinada pelo representante legal da licitante, devendo fazer parte da equipe, declaração esta que poderá ser apresentada no ato da contratação:

11.4.3.1.1. 01 (um) profissional formado em Engenharia Civil e/ou Arquitetura com experiência profissional comprovada em supervisão de serviços de natureza



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

compatível com o objeto licitado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU, devendo permanecer na obra em tempo integral, durante todo o período de execução dos serviços;

11.4.3.1.2. 01 (um) profissional formado em Engenharia Elétrica com experiência profissional comprovada em supervisão de serviços de natureza compatível com o objeto licitado, devidamente registrado no CREA, devendo permanecer na obra durante a execução dos serviços pertinentes;

11.4.4. Quanto à capacitação técnico-profissional: A capacitação técnica do(s) profissional(is) será(ão) atestada(s) mediante a apresentação de Certidão(ões) de Acervo Técnico - (CAT) expedida(s) pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, com os respectivos Atestados Técnicos, devidamente registrados no conselho (CREA ou CAU), com ARTs/RRTs dos serviços, que comprove(m) a execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância do objeto, conforme Art.67, §1º e §2º da Lei nº 14.133 de 2021, com valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação e com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) dos itens com descrição de seus quantitativos em nome do(s) responsável(is) técnico(s).

11.4.4.1.1.1. O(s) profissional(is) deverá(ão) comprovar a execução dos seguintes tipos de serviço:

11.4.4.1.1.2. Estrutura treliçada de cobertura, tipo fink, com ligações soldadas, inclusos perfis metálicos, chapas metálicas, mão de obra e transporte com guindaste - fornecimento e instalação. af_01/2020_psa - 78.851,3 kg - (8,81%).

11.4.4.1.1.3. Telha termo isolante revestida em aco galvalume, face superior trapezoidal e face inferior plana (não inclui acessórios de fixação), revest com espessura de 0,50 mm, com pre-pintura de cor branca nas duas faces, núcleo em poliisocianurato (pir) com espessura de 50 mm - 2.471,29 m² - (4,28 %)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

11.4.4.1.1.4. A Certidão de Acervo Técnico – CAT será exigida dos seguintes profissionais, legalmente habilitados, os quais responderão como responsáveis técnicos pela execução da obra: Engenheiro Civil/Arquiteto e Engenheiro Eletricista para comprovação da execução dos serviços.

11.4.4.1.1.5. O **Diploma** de curso ou **Atestado de Capacitação Técnica** em elaboração de projetos **em BIM**, acompanhado de ART/RRT, será exigido dos profissionais, legalmente habilitados, os quais responderão como responsáveis técnicos pela elaboração de projetos executivos: Engenheiro/Arquiteto para comprovação da elaboração dos projetos.

11.4.4.1.1.6. Deverá (ão) apresentar também a(s) Declaração (ões) do(s) Responsável (eis) Técnico(s) a ser (em) preenchida(s) pelas licitantes

11.4.4.1.1.7. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que seja solicitada formalmente e aprovada pela fiscalização.

11.4.4.1.1.8. Os responsáveis técnicos acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, o sócio, o administrador ou o diretor, o empregado e o prestador de serviços.

11.4.4.2. Quanto à capacitação técnico-operacional da licitante: Capacitação técnico-operacional da licitante será comprovada mediante a apresentação de atestado(s) em papel timbrado fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado identificado em nome da licitante, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT do profissional responsável técnico do serviço que detém a certidão, constando o endereço do contratante, ou ser informado pelo licitante de forma a permitir possível diligência, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do edital. A licitante deverá comprovar a execução dos serviços e quantitativos mínimos



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

abaixo descritos, os quais se referem às parcelas de maior relevância e valor significativo da obra:

11.4.4.2.1. SERVIÇOS DE MAIOR RELEVÂNCIA FINANCEIRA - Determinados de acordo com Art.67, §1º e §2º da Lei nº 14.133 de 2021, com valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação e com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) dos itens:

11.4.4.2.1.1. Estrutura treliçada de cobertura, tipo fink, com ligações soldadas, inclusos perfis metálicos, chapas metálicas, mão de obra e transporte com guindaste - fornecimento e instalação. af_01/2020_psa - 78.851,3 kg - (8,81%).

11.4.4.2.1.2. Telha termo isolante revestida em aço galvalume, face superior trapezoidal e face inferior plana (não inclui acessórios de fixação), revest com espessura de 0,50 mm, com pre-pintura de cor branca nas duas faces, nucleo em poliisocianurato (pir) com espessura de 50 mm - 2.471,29 m² - (4,28 %).

12. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

12.1. DA SUBCONTRATAÇÃO:

12.1.1. É permitida a **subcontratação parcial do objeto**, limitada a **até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato**, desde que **previamente autorizada pela Administração Pública**, e desde que não comprometa a execução integral, a qualidade técnica e a regularidade do cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela contratada.

12.1.2. A subcontratação não exime a contratada da responsabilidade técnica, jurídica e financeira pela perfeita execução do contrato, permanecendo sob sua responsabilidade exclusiva a coordenação, supervisão e controle dos serviços executados por terceiros.

12.1.3. A eventual subcontratação deverá observar as seguintes condições:

- I. A subcontratada deverá atender aos requisitos de qualificação técnica compatíveis com a parcela a ser executada;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

- II. A subcontratação dependerá de autorização expressa e prévia da fiscalização e do gestor do contrato;
- III. É vedada a subcontratação de empresa ou pessoa física que possua vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão contratual, ou que seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;
- IV. A contratada deverá manter atualizada a relação das subcontratadas, com indicação clara das parcelas subcontratadas.

12.1.4. A subcontratação observará, sempre que possível, os princípios da competitividade, do desenvolvimento nacional sustentável e do incentivo à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

12.1.5. . A Administração poderá, a qualquer tempo, determinar a substituição de subcontratada que não atenda às exigências técnicas, legais ou contratuais, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.2. GARANTIA CONTRATUAL:

12.2.1. Será exigida **garantia contratual**, nos termos dos arts. 96 a 102 da **Lei nº 14.133/2021**, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor inicial do contrato, como condição para a assinatura e início da execução contratual.

12.2.2. A garantia terá por finalidade assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, respondendo por eventuais prejuízos decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, multas contratuais, indenizações devidas à Administração e demais encargos legais.

12.2.3. A garantia poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades, a critério da contratada:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

- I. **Caução em dinheiro** ou em **títulos da dívida pública**, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II. **Fiança bancária**;
- III. **Seguro-garantia**, inclusive com cláusula de retomada da obra (“step-in”), nos casos em que a Administração, mediante decisão motivada, exigir que a seguradora assuma a execução do objeto contratado, diretamente ou por intermédio de terceiros por ela indicados, em caso de inadimplemento da contratada, nos termos do art. 102 da Lei nº 14.133/2021;
- IV. **Título de capitalização**, emitido por sociedade seguradora autorizada, desde que atendidos os requisitos da legislação vigente e que permita resgate integral, em valor igual ou superior ao garantido.

12.2.4. O prazo e as condições para apresentação da garantia contratual serão definidos em edital, observando-se:

- No caso de **seguro-garantia**, será concedido **prazo mínimo de 1 (um) mês**, contado da data de homologação da licitação e **anterior à assinatura do contrato**, para a constituição da garantia;
- Para as demais modalidades de garantia (caução, fiança bancária ou título de capitalização), o prazo para apresentação será de **até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato**.

12.2.5. É **vedado o início da execução contratual** sem a constituição e aceitação formal da garantia por parte da Administração. A não apresentação da garantia nos prazos estipulados poderá ensejar a **rescisão unilateral da contratação**, conforme previsto em lei.

12.2.6. A garantia contratual vigorará até a conclusão contratual, incluindo o período de recebimento definitivo, salvo se prorrogada por aditamento ou renovação expressa.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

13. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1. Durante a execução dos serviços todos os materiais a serem empregados serão novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO e NBR, sendo rejeitados os classificados como linha popular ou Econômica.

13.2. O período para execução dos serviços será, em regra, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 18:00 horas, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de execução no período mencionado, a pedido da contratada para eventual cumprimento do prazo, os serviços poderão ser executados nos finais de semana, feriados ou no período noturno, mediante autorização do contratante, a critério do gestor/fiscal, sem ônus para a administração.

13.3. A CONTRATADA deverá executar a obra e serviços em conformidade com os projetos fornecidos e/ou aprovados pela CONTRATANTE e observar as especificações de serviços e materiais, bem como o cronograma físico-financeiro.

13.4. O projeto executivo contratado deverá ser submetido à análise técnica da DPLO/SAI - SEDUC no qual, sendo os mesmos considerados válidos somente após aprovação expressa por escrito com aval do fiscal e gestor do contrato.

13.5. Se antes da execução da obra, forem identificados serviços, não constantes no Projeto e Planilha Orçamentária, e que sejam necessários para a realização da obra, a CONTRATADA, só poderá realizá-los, com autorização por escrito da CONTRATANTE.

13.6. Caso haja divergências entre as especificações e projetos prevalecerão os quantitativos constantes na Planilha Orçamentária.

13.7. A FISCALIZAÇÃO poderá autorizar o emprego de materiais ou equipamentos que apresentem a mesma qualidade técnica, desempenham idêntica função construtiva e as mesmas especificações exigidas dos materiais ou equipamentos especificados. Ou seja, o material ou equipamento deverá ser análogo ou equivalente totalmente ao originalmente especificado, analogia total



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

ou equivalência. Porém, a FISCALIZAÇÃO poderá exigir de qualquer material empregado no serviço o “Certificado de Conformidade”, expedido pelo INMETRO e o teste ou ensaio normalizado pela ABNT. Deverão ser apresentadas amostras do material análogo, similar ou equivalente para aprovação.

13.8. Todas as imperfeições decorrentes da execução dos serviços deverão ser corrigidas pela CONTRATADA, sem qualquer acréscimo a ser pago pela CONTRATANTE.

13.9. A CONTRATADA deverá alocar mão de obra, equipamentos e demais recursos necessários à realização da obra e serviços cujos respectivos quadros de quantidades e projetos estão anexados ao presente documento. Os projetos e a obra devem ser executados conforme: Projeto básico e o Projeto executivo aprovado; Especificações Técnicas; Normas Técnicas da ABNT e Normas e Procedimentos do Ministério do Trabalho.

13.10. Qualquer paralisação deve ser comunicada de imediato ao Fiscal de Contrato, assim como apresentados os motivos por escrito.

13.11. A CONTRATADA manterá no canteiro, Diário de Obras, com o registro das alterações de projetos e/ou especificações que acaso venham a ocorrer.

13.12. É de competência da CONTRATADA, registrar, no diário de obras, todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução, devendo a Fiscalização, neste mesmo diário, confirmar ou retificar o registro.

13.13. A CONTRATADA providenciará a contratação de todo o seu pessoal necessário, bem como o cumprimento às leis trabalhistas e previdenciárias e à legislação vigente sobre saúde, higiene e segurança do trabalho. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho na execução das obras e serviços contratados, uso indevido de patentes registradas, resultantes de caso fortuito ou qualquer outro motivo, a destruição ou danificação da obra em construção, até a definitiva aceitação dos serviços e obras contratados.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

13.14. A empresa LICITANTE deverá apresentar no ato da habilitação o atestado de capacidade técnica, de fornecimento ou execução de serviço similar ao objeto da licitação.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1. Rotinas de fiscalização Contratual:

14.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e às normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 115, caput)

14.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 115, 5º)

14.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.1.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

14.1.7. De acordo com o Decreto Estadual nº 3.813, de 1º de Abril de 2024, art.10, o acompanhamento gerencial do contrato compete ao agente público que atua na gestão do contrato, em especial as seguintes ações:

I - conhecer o inteiro teor de editais, atas de registro de preços, de instrumentos contratuais e de todos os anexos desses documentos, inclusive o projeto básico ou termo de referência, além de aditivos e apostilamentos;

II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e às medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência para deliberar;

III - verificar a manutenção, pelo contratado, das condições estabelecidas em lei, edital e/ou contrato, conforme documentação coletada pelo fiscal;

IV - instruir o processo com as informações e documentos necessários para a formalização de apostilamentos ou aditivos de qualquer natureza, acréscimos, supressões, prorrogações, reequilíbrios ou rescisões contratuais;

V - realizar o controle do valor e atualização das garantias e informar a unidade técnica competente para os devidos registros;

VI - zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

VII - manter controle atualizado dos saldos de empenhos e dos pagamentos efetuados evitando a realização de serviço ou fornecimento sem prévio empenho;

VIII - orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições e lhes propiciar acesso às informações, documentos e meios necessários ao exercício das atividades de fiscalização;

IX - receber definitivamente aquisições, obras ou serviços relativos a contratos sob sua responsabilidade;

X - manter o controle dos contratos celebrados no âmbito do seu órgão ou entidade, sob sua responsabilidade, registrando e atualizando as informações necessárias nos sistemas informatizados utilizados pelo Poder Executivo estadual;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

XI - adotar as medidas preparatórias para a aplicação de sanções e para a extinção contratual, conforme previsão contida no edital, contrato ou na legislação, com aprovação da autoridade;

XII - atestar a regularidade das obrigações acessórias, compreendidas as de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária a cargo do contratado;

XIII - apresentar à autoridade, quando solicitado, relatório circunstanciado de gestão do contrato;

XIV - elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública Estadual.

14.1.8. De acordo com o Decreto Estadual nº 3.813, de 1º de Abril de 2024, art.11, o acompanhamento dos aspectos técnicos e administrativos da execução do contrato compete ao fiscal, em especial as seguintes ações:

I - conhecer o inteiro teor de editais, atas de registro de preços, de instrumentos contratuais e de todos os anexos desses documentos, especialmente o projeto básico ou termo de referência, além de eventuais aditivos e apostilamentos;

II - avaliar e acompanhar, rotineiramente, a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues, verificando o atendimento das especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, projeto básico, termo de referência e na proposta, assim como os prazos de entrega, execução e de conclusão;

III - anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, apontando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

IV - aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados de acordo como o contrato, nos termos do inciso VI do caput do art. 92 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

V - apurar o valor a ser pago e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação, com base no contrato e nos comprovantes de entrega do bem ou de efetiva prestação do serviço;

VI - certificar-se de que o contratado:

a) é quem executa integralmente o contrato, na hipótese de ser vedada a subcontratação;

b) mantém a subcontratação nos limites do que foi autorizado em contrato; e

c) mantém um responsável técnico acompanhando as obras e os serviços, quando assim determinar o contrato;

VII - comunicar formalmente à contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, para que adote as providências para regularizar faltas ou defeitos detectados;

VIII - conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, e atestar a prestação do serviço ou recebimento dos bens;

IX - comunicar-se com o contratado, quando necessário, adotando controles adequados para registro das comunicações;

X - informar ao gestor situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

XI - manifestar-se sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos;

XII - receber provisoriamente, aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade;

XIII - solicitar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas do contratado, no total ou em parte, de objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

XIV - atuar, com eficiência e celeridade, na solução dos problemas que, porventura, venham a ocorrer ao longo da execução contratual, encaminhando as



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

questões que ultrapassem sua competência ao gestor do contrato ou à autoridade;

XV - indicar, expressamente, a necessidade de descontos a serem realizados em razão da inexecução ou da má execução do contrato, por meio de glosas;

XVI - dar ciência ao gestor do contrato acerca da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as justificativas apresentadas pela contratada;

XVII - comunicar, formalmente, ao gestor do contrato o inadimplemento parcial ou total do contrato, registrando as providências adotadas e documentando os fatos que possam levar à aplicação de sanção ou à rescisão contratual;

XVIII - comunicar ao gestor do contrato, formalmente e com antecedência, a superveniência de causa impeditiva para o exercício da função;

XIX - coletar os documentos relativos às condições de habilitação e/ou qualificação do contratado, durante a vigência do contrato;

XX - solicitar ao gestor do contrato, quando necessário, o auxílio das unidades de consultoria jurídica e controle interno;

XXI - verificar, regularmente, o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias pela contratada;

XXII - verificar o cumprimento da reserva de vagas prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, de que trata o art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

15.1. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO: A avaliação da execução do objeto será de acordo com os termos a seguir:

15.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.1.1.1. Não produza os resultados acordados;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

15.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

15.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.1.2. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.1.3. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.1.4. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.1.5. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.1.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.2. DO REAJUSTE CONTRATUAL

15.2.1. Os preços contratados serão **reajustados anualmente**, após decorrido o interregno mínimo de **12 (doze) meses**, contados a partir da **data-base do orçamento de referência** da contratação, entendida como a data de elaboração da planilha orçamentária que fundamentou o valor estimado pela Administração, nos termos do **art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021**.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

15.2.2. O reajuste será aplicado de forma automática e proporcional, conforme a periodicidade contratualmente prevista, mediante utilização do **índice oficial de custos da construção civil adotado na formação do orçamento estimado**, preferencialmente o **SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil**.

15.2.3. Na hipótese de o índice originalmente previsto ser extinto, substituído ou tornar-se tecnicamente inadequado para refletir a realidade de mercado, a Administração poderá adotar **outro índice setorial equivalente**, mediante justificativa técnica formal emitida pela área requisitante e aprovação da autoridade competente.

15.2.4. O reajuste contratual **não afasta a possibilidade de revisão contratual**, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses legalmente previstas, em especial:

- Ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis;
- Caso fortuito ou força maior;
- Álea econômica extraordinária e extracontratual;
- Modificações unilaterais do contrato pela Administração que impactem seu equilíbrio inicial.

15.2.5. A revisão deverá observar os critérios estabelecidos nos **arts. 124 e 134 da Lei nº 14.133/2021**, e dependerá de instrução técnica adequada, instruída com os elementos de prova da quebra do equilíbrio contratual, sujeita à análise da área técnica, parecer jurídico e autorização superior.

15.3. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.3.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, o contratado deverá apresentar, para fins de medição, a planilha detalhada dos serviços executados,



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

acompanhada de memória de cálculo e dos respectivos documentos comprobatórios da regularidade da etapa concluída.

15.3.2. A medição deverá ser compatível com o cronograma físico-financeiro aprovado e será submetida à verificação técnica pelo fiscal do contrato. Considera-se etapa efetivamente concluída aquela cujos serviços tenham sido integralmente executados conforme previsto no cronograma.

15.3.3. Quando aplicável, o contratado deverá apresentar, em cada medição, os documentos que comprovem a **procedência legal dos produtos e subprodutos florestais** utilizados, nos termos da legislação ambiental vigente.

15.3.4. Conforme o art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021 e o art. 16 do Decreto nº 3.813/2024, os serviços executados serão recebidos **provisoriamente no prazo de até 30 (trinta) dias**, contado a partir da solicitação formal do contratado, devidamente acompanhada da documentação comprobatória da execução da etapa.

15.3.5. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato, mediante lavratura de termo circunstanciado e detalhado, contendo:

- Verificação da conformidade técnica e administrativa dos serviços executados;
- Registro da análise do desempenho do contratado, com base nos **indicadores previamente definidos no contrato**;
- Eventuais ajustes de valores com base na qualidade aferida;
- Indicação de pendências a serem sanadas antes do recebimento definitivo.

15.3.6. Nos casos em que o objeto exigir, o recebimento provisório dependerá da conclusão de testes de campo, bem como da entrega dos manuais técnicos, instruções de uso e operação, e demais documentos exigíveis contratualmente.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

15.3.7. A contratada **não terá direito ao atesto da última ou única medição** enquanto não sanar pendências identificadas no recebimento provisório. Aplica-se o disposto no art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

15.3.8. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, mediante emissão de **termo formal** por parte do **gestor do contrato** ou, nos casos definidos em edital ou regulamento, por **comissão designada pela autoridade competente**, nos termos do art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

15.3.9. São etapas do recebimento definitivo:

- **Análise da documentação da fiscalização**, incluindo relatórios de conformidade e desempenho;
- **Verificação da execução integral dos serviços**, quanto à qualidade, quantidade e conformidade contratual;
- **Emissão de parecer técnico circunstanciado**, contendo: (i) Avaliação final do cumprimento das obrigações contratuais; (ii) Indicação de eventuais penalidades aplicadas, e (iii) Conclusão sobre a aptidão do objeto para recebimento;
- **Lavratura do termo de recebimento definitivo**, firmado pelo gestor ou comissão;
- **Comunicação à contratada** para emissão da Nota Fiscal ou Fatura, limitada ao valor aferido e validado.

15.3.10. Em caso de **dúvidas técnicas ou controvérsias** quanto à qualidade, quantidade ou extensão dos serviços, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021. A contratada deverá emitir a Nota Fiscal correspondente à parcela **incontroversa**, para efeito de liquidação e pagamento.

15.3.11. Nenhum prazo de recebimento se iniciará enquanto houver **pendências materiais ou documentais**, sendo responsabilidade da contratada a adoção imediata de providências corretivas, **às suas expensas**, nos termos do art. 119 da Lei nº 14.133/2021.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

15.3.12. Importante ressaltar que tanto o recebimento provisório quanto o definitivo **não exime a contratada da responsabilidade civil pela solidez, segurança e integridade do serviço prestado**, nem da responsabilidade ética e técnica pela perfeita execução do contrato, conforme §3º do art. 16 do Decreto nº 3.813/2024.

15.4. FONTE DE RECURSOS E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.4.1. A presente contratação será financiada por recursos provenientes de duas fontes distintas, a saber:

I – recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, formalizados por meio de Termo de Compromisso específico; e

II – recursos de contrapartida do Governo do Estado do Pará, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/PA.

As despesas decorrentes da execução do objeto poderão ser custeadas por ambas as fontes, de forma concomitante ou alternada, conforme a programação financeira da Administração, observadas as regras do instrumento de transferência federal, a legislação orçamentária e financeira vigente e os normativos aplicáveis do FNDE.

15.4.2. A indicação das classificações orçamentárias, das fontes/destinações de recursos e dos respectivos empenhos será formalizada no processo administrativo da contratação e poderá envolver empenhos distintos, de acordo com a origem dos recursos utilizados em cada medição.

15.4.3. O pagamento das medições estará condicionado à efetiva disponibilidade financeira das respectivas fontes, sem prejuízo da responsabilidade da Administração pela execução contratual, nos termos da legislação aplicável.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

15.5. LIQUIDAÇÃO

15.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

15.5.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

15.5.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

15.5.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

15.5.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

15.5.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.5.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

15.5.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.6. DO PAGAMENTO

15.6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.6.3. O pagamento decorrente da prestação dos serviços, objeto deste Projeto, será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada das certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à Seguridade social e Regularidade Trabalhista vigente.

15.6.4. A liberação do pagamento da primeira fatura ficará condicionada a:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

15.6.5. Apresentação, pela Contratada, do comprovante de inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO) na Receita Federal para fins previdenciários.

15.6.6. Retenção na fonte do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), incidentes sobre a obra ou a prestação do serviço.

15.6.7. A liberação dos demais pagamentos ficará condicionada à apresentação mensal, pela Contratada, das guias de recolhimento, comprovando o pagamento dos tributos e contribuições sociais a seguir referidos: do INSS (Seguridade Social) e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Os direitos autorais concernentes aos produtos referentes aos estudos e projetos, assim como a sondagem, parecer técnico de fundação, levantamento de quantitativo, dados, pesquisas, relatórios, quaisquer outros levantamentos, serão de propriedade exclusiva da Contratante, conforme artigo 93, da Lei 14.133/2021;

16.2. Todos os serviços, serão executados sob responsabilidade direta e exclusiva da Contratada, resguardada a responsabilidade técnica dos profissionais envolvidos em cada atividade;

16.3. A entrega do serviço não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato, e por força das disposições legais em vigor no Código Civil Brasileiro;

16.4. Deverá ser providenciado, pela Contratada, baixas da ART e/ou RRT de todos os envolvidos, junto ao CREA e/ou CAU em cuja jurisdição for exercida a atividade, entregando à Fiscalização da Contratante toda a documentação referente a essas providências.

16.5. Todo e qualquer serviço complementar, visando à entrega dos serviços em perfeitas condições de encaminhamento ao procedimento de licitação para construção, de acordo com a legislação municipal, estadual e federal e normas da ABNT necessárias à concepção dos projetos, deverão ser previstos e executados pela contratada.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

16.6. Em todas as etapas que serão formalmente analisadas, os serviços sofrerão inspeção minuciosa por equipe multidisciplinar da Contratante para constatar e relacionar os ajustes que se fizerem necessários. Em consequência desta verificação, deverão ser executados todos os serviços de revisão levantados. Tais inspeções serão executadas, quando pertinentes, em conjunto com o(s) responsável(is) técnico(s) da Contratada.

16.7. A Contratada deverá providenciar toda e qualquer documentação necessária à execução dos serviços contratados.

16.8. Imprevistos diversos serão de ônus exclusivo da contratada, até o limite estabelecido no edital de licitação dos serviços. Serviços extras com ônus para o Contratante somente poderão ser executados, se autorizados expressamente pela autoridade competente.

16.9. A Contratada assumirá responsabilidade integral pela boa realização e eficiência dos serviços e projetos que efetuar, de acordo com o presente Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, Edital e demais documentos técnicos fornecidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização de ditos trabalhos.

16.10. A Contratada também assumirá a integral responsabilidade e garantia pela execução de qualquer modificação ou projeto alternativo que for por ela proposto e aceitos pelo Contratante, incluindo eventuais consequências advindas destas modificações nos serviços seguintes.

16.11. As obras e serviços objeto deste Projeto deverão ser executados em sua integralidade pela Contratada, compreendendo a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, até a sua entrega, atendidos os requisitos técnicos, ambientais e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas à finalidade para a qual foram contratadas.

16.12. As obras e os serviços a serem executados pela Contratada encontram-se especificados nos ANEXOS, constituindo-se partes integrantes deste documento,



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

que demonstram a visão global dos investimentos necessários e as definições quanto aos níveis de serviço que deverão ser atendidos.

16.13. Deverá ser elaborado e apresentado na proposta do licitante o planejamento da revisão e atualização dos projetos, das obras e serviços, inclusive seus cronogramas de execução.

17. ANEXOS:

- ANEXO I – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA E RESUMIDA
- ANEXO II – COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS
- ANEXO III – COMPOSIÇÃO DE BDI
- ANEXO IV – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
- ANEXO V – CURVA ABC DE INSUMOS
- ANEXO VI – CURVA ABC DE SERVIÇOS
- ANEXO VII – PROJETO BÁSICO ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES
- ANEXO VIII – MEMORIAL DESCRITIVO
- ANEXO IX – DIRETRIZES GERAIS DE PROJETOS E ESCOPO DE SERVIÇOS
- ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA
- ANEXO XI – MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DO LICITANTE DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO.
- ANEXO XII – MODELO DE PLANILHA DE NOTA TÉCNICA.

Belém, 30 de janeiro de 2026



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Infraestrutura
Diretoria de Planejamento de Obras

(Assinatura eletrônica)

Pedro Lucas de Noronha Rodrigues

Coordenador de Projetos - DPLO/SAI
Mat. 8001567-2

(Assinatura eletrônica)

Ernani Antônio Lara Oliveira Neto

Coordenador de Planejamento - DPLO/SAI
Mat. 5994550-1

(Assinatura eletrônica)

Eduardo de Castro Chaves

Engenheiro Civil - DPLO/SAI
Mat. 5981095-1



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2138214

Anexo/Sequencial: 5

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2018.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: ERNANI ANTONIO LARA OLIVEIRA NETO, **CPF:** ***.054.662-**

Em: 30/01/2026 15:53:42

Aut. Assinatura: af3bf55545a5a4eb0cf6e5962fbeat70d5019b5a56dda3a10dd246190b369d0e

Assinado eletronicamente por: Pedro Lucas de Noronha Rodrigues, **CPF:** ***.999.102-**

Em: 30/01/2026 16:19:04

Aut. Assinatura: fcd1c8bf947de62c6a710ece38c7f572112eeaf86ebf97e6497b066ad868d0f0

Assinado eletronicamente por: Eduardo de Castro Chaves, **CPF:** ***.138.892-**

Em: 30/01/2026 16:21:08

Aut. Assinatura: 4c66c73129f7a58c3cf420106972b7eb94027a813aaf2c277b08dc0fe24c0f44



Identificador de autenticação: 2521e2d8-fcb7-4194-8c27-1b5c197afeea

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>